

Adolescente em situação de rua: relatos de amizades na escola

Eliete Jussara Nogueira*
Marilene de Almeida Oliveira**

*Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-Graduação da Uniso.

e-mail: eliete.nogueira@uniso.br

**Mestre em Educação, Professora da FEFISO

e-mail: marilene.oliveira@salvos.org.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar dados parciais de uma pesquisa realizada sobre a visão da escola por adolescentes em situação de rua. Os relatos sobre as relações de amizade na escola serão objeto deste artigo. Para a entrevista foram selecionados treze adolescentes em situação de rua. O procedimento de coleta de dados constou de entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado e análise de conteúdo. Os adolescentes entrevistados apresentavam um histórico escolar de exclusões e fracassos. A percepção com relação a amizade na escola, foi colocada como um aspecto positivo nas suas lembranças, o que possibilitou refletir o papel da escola e a inclusão desses adolescentes.

Palavras-chave

Adolescente em situação de rua; inclusão; escola para todos.

Abstract

The objective of this article is to present partial data of research regarding the vision of the school as considered by adolescents on the streets. The reports regarding the friendship relation at school, will be the aim of this article. For the interview, thirteen adolescents on the streets were selected. The procedures established for collecting the data were individual interviews with a script partially structured and analysis of the content. The interviewed adolescents presented a school history with a description of exclusions and failures. The perception regarding friendship in the school was interpreted as a positive aspect in their memories, which made it possible to reflect on the role of the school and on the inclusion of these adolescents.

Key words

Adolescents on the streets; inclusion; school for all.

Introdução

Este artigo apresenta dados parciais de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com adolescentes abrigados no Projeto denominado "Três Corações" que é uma unidade de prestação de serviço do "Exército de Salvação" - uma Organização não Governamental (ONG). Este adolescente que, em algum momento de sua vida permaneceu nas ruas, distanciou-se de seu grupo familiar e conseqüentemente, percorreu várias escolas, tem uma percepção sobre a escola. Como ele lembra da escola e o que pensa de uma escola ideal, foram objetivos de uma pesquisa para dissertação de Mestrado (OLIVEIRA, 2004), e como hipótese levantou a questão de que as lembranças e vivências relacionadas à escola do adolescente em situação de rua, são relatadas como histórias individuais de exclusões, ou seja, apesar da "escola real" não ser um local atraente, a percepção do adolescente excluído socialmente e do ambiente escolar é de inadequação, não merecendo participar e permanecer de forma plena nessa Instituição, reproduzindo assim os valores sociais de uma sociedade elitista. Para este artigo foi escolhido revelar os dados relativos às lembranças relacionadas às amizades dentro do ambiente escolar, relatadas como importantes relações por eles vividas.

Quanto à fase da adolescência, as mudanças corporais acarretam muitas mudanças biopsíquicas e alteração nos papéis sociais, em suas crenças e como os adolescentes se comportam. O meio ambiente, onde estão inseridos, os adultos de uma

maneira geral, os pais e o grupo de iguais, passam novas expectativas para os adolescentes. Nesta situação surgem as crises que são provocadas pela confusão de papéis e difusão de identidade. O adolescente desconhece o significado verdadeiro que ele tem individualmente, perante si mesmo, seja na percepção e na avaliação dos outros. Ele se torna inseguro ao assumir os seus papéis, gerando angústias e medos que somados às turbulências biopsíquicas, provocam, geralmente, conflitos com os familiares e professores (DAUNIS, 2000).

A importância dos relacionamentos sociais aumenta gradativamente na vida do adolescente, sendo assim, não só a família é um agente de socialização importante, mas as relações com iguais assumem papel relevante (NOGUEIRA, 2001). Os adolescentes gastam um tempo significativo com os outros adolescentes, são capazes de ficar horas conversando, socializando-se com os amigos. Esses relacionamentos tornam-se estáveis, na medida em que o adolescente busca compartilhar de seus sentimentos e segredos com seus amigos, pois cada vez mais, eles não se permitem partilhar com os seus pais, que poderiam usar dessas informações para exercer um controle maior.

A amizade é importante fonte de apoio social, para a fase da adolescência, e para o adolescente em situação de rua não é diferente.

Atualmente existem cerca de 61 milhões de crianças e adolescentes que vivem no Brasil, sendo que 27,2 milhões na faixa etária de 7 a 14 anos e 10,7 milhões na faixa etária de 15 a 17 anos¹. Dentro deste

contingente, existe um universo com suas especificidades. Este é o universo de crianças e adolescentes que encontram nas ruas seu espaço de sobrevivência e muitas vezes, de moradia, fazendo desta vivência o seu referencial de relações afetivas e de aprendizagem (GREGORI, 2000).

Cada vez mais, alguns jovens estão expostos a situações discriminatórias (violência, exclusão da escolaridade, prática infracional, prostituição, exploração de trabalho, drogadição, gravidez na adolescência entre outras), e desta forma eles são mantidos à margem de um desenvolvimento psicossocial positivo (GREGORI, 2000). A desigualdade social vem repercutindo na Educação, pois ela ainda é acessível a classes sociais providas de algumas possibilidades e torna-se excludente para famílias menos privilegiadas economicamente. Desta forma, a Escola formal ainda não se preparou para atender a demanda de crianças e adolescentes que fazem do espaço público (a rua), o lugar de relação com o saber, pois o modelo de escola não proporciona uma vivência que os instiguem a permanecer neste contexto, ao contrário, os adolescentes “fracassam” diante do exigido, e são empurrados para a evasão escolar.

Apesar de termos uma Legislação altamente avançada como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990), que define os papéis de proteção no desenvolvimento desta criança e adolescente, a aplicabilidade da Lei e o exercício pleno da Cidadania permanecem encarcerados no discurso e diariamente sendo desrespeitados pelas Instituições que

de]veriam prover o cumprimento desta Legislação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, garantindo a, estes, a prioridade na formulação e na execução das políticas sociais públicas e como assegura seu Art. 3º:

A criança e o Adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerente à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

De acordo com a Legislação, o Poder Público e a Sociedade Civil deverão proporcionar à população infanto-juvenil o acesso e a permanência na escola. A escolarização formal é uma condição determinante para o exercício da Cidadania, pois, as condições do mercado de trabalho, as formas de produção de conhecimento e a comunicação humana como um todo, está intrinsecamente relacionado com a escolaridade (DIAS, 2002).

Apesar do caráter de obrigatoriedade das ações propostas pelo E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o início da década de 90 do século XX, crianças e adolescentes, continuam sendo lesadas quanto as práticas das políticas públicas que deveriam proporcionar uma educação de qualidade, para todos.

E o que dizer então das crianças e adolescentes em situação de rua, segundo Graciani (2001, p. 51), “As crianças e os

adolescentes de ou na rua são vítimas dos desencontros da crise sóciopolítica e econômica, da irresponsabilidade dos governantes e de um sistema educacional cada vez mais insuficiente para modificar o ensino escolar significativo”.

Muitos “nomes” para o “sem nome”

Menor. Criança carente. Abandonada. Em situação irregular. Menino de rua. Crianças na rua. Meninos vadios. Menino, moleque, malandro. Crianças transviadas. Crianças e Adolescentes em situação de risco... Adolescentes em situação de rua...

A alteração da forma de nomeá-los, ou chamá-los ou denominá-los denuncia mais que uma dinâmica de discriminação, mas uma concepção de ser humano. Explicar e justificar porque alguns seres humanos, não podem ser denominados simplesmente de criança ou de adolescente, parece tarefa difícil, quando envolve a pessoa que está em situação de rua, na marginalidade de uma sociedade padrão, inevitável as adjetivações, em sua maioria rótulos que estigmatizam. As denominações, ou as concepções que se tem sobre o adolescente em situação de rua também revelam as políticas públicas de tratamento desta questão.

Fraga (1996) aponta registros sobre crianças que ficam nas ruas brasileiras, praças, sem ocupação, os meninos de rua, de hoje, no Século XIX eram denominados de “Meninos Vadios”.

A realidade vivenciada por meninos no Século XIX no Brasil era a de que se encontravam na rua sob uma nação de va-

diagem infanto-juvenil. Esta vadiagem era entendida enquanto uma relação entre a existência de centenas de meninos e meninas que, mesmo ligados a famílias, mestres de ofício ou senhores (no caso dos escravos), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras (FRAGA, 1996, p. 11).

Oliveira Júnior (2003), comenta sobre a distinção dessas crianças neste momento histórico, a designação de moleques era para os(as) meninos(as) negros(as), a maioria encontrada nas praças recebendo o desprezo e hostilidade dos “bem nascidos”, mesmo desprezo dado as prostitutas e pessoas sem ofício.

Como esses meninos eram vistos como aqueles que questionavam a ordem social vigente, e conseqüentemente a estrutura familiar, passaram a ser alvo de ações assistenciais, para tirá-los da rua, sob a análise de serem eles vítimas de orfandade e abandono. Mas esse tipo de intervenção era para um momento de transição:

Ao mesmo tempo, que as Instituições religiosas se incumbiam de tais tarefas, o Estado se eximiu. Mas, durante o século XIX o Estado vai assumindo a função de retirar os meninos vadios das ruas. Contra a vadiagem, o Estado investe na infância como uma fase a ser controlada. Portanto, sua função seria a de retirá-los de circulação e encaminhá-los para a formação, para o trabalho. Acreditava-se na eficiência de uma formação de caráter através da disciplina ao trabalho e a obediência aos superiores (OLIVEIRA JÚNIOR, 2003, p.48).

As denominações e olhares se modificam e o conceito menor, até hoje muito usado, toma força para discriminar a crianças e encobrir problemas sociais emergentes

que o Estado não consegue cumprir, questões relativas à habitação, saúde e educação para todos como um direito do cidadão.

Segundo Frontana (1999), a expressão “menor” do ponto de vista jurídico, aparece com maior frequência no final do século XIX, e em 1927 é elaborado o Código de Menores, que define a categoria “menor”, como um tipo de criança e adolescente que se encontra nas ruas urbanas em situação de abandono e marginalidade. Embora toda a justificativa em criar uma legislação que respondesse a problemática da época, o Código de Menores acabou por solidificar uma condição discriminatória, reforçando a diferença de crianças e de menores, associou a figura da criança “menor”, como sendo ameaçadora para a sociedade, um pequeno criminoso colocando em risco a segurança das pessoas.

Desde a década de 1940, tanto a Sociedade Civil como os órgãos governamentais ao buscarem as propostas de atendimento a infância abandonada tendiam para uma visão assistencialista, até que em 1964 o Governo militar instituiu em âmbito nacional, a Fundação do Bem Estar do Menor – FUNABEM. Apesar de parecer um avanço na política de atendimento, a FUNABEM (que mantém o termo menor, portanto a mesma concepção de criança infratora), manteve uma prática pautada na repressão daquele que era visto como ameaçador e deveria ser “moldado”. Presidente da FUNABEM, Dr. Mário Altenfelder, analisando o atendimento das crianças e adolescentes no período da República, e se posiciona da seguinte maneira:

Há uma evolução de atendimento aos menores. Da fase do rebenque e das solitárias já passamos para a fase dos socos e pontapés e das cafuas e estamos entrando na fase da reeducação, embora ainda o pescoção seja usado como método educativo de alta eficiência... Não se vá negar que estamos progredindo (ALTENFELDER, 1966, p. 6).

Observa-se no governo militar, a mudança de tratamento das políticas ligadas à questão da criança nas ruas, antes filantrópica – assistencialista e de cunho religioso, as crianças vistas como carentes, passam a significar um caso de polícia, de repreensão, de periculosidade.

Neste momento histórico, diante da situação precária e desumana que as crianças e adolescentes viviam em vários lugares do país, ampliou-se a atuação de grupos religiosos e movimentos populares, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, em que se via uma expressiva população infanto-juvenil nas ruas, com isso, além das ações governamentais, surgiram ações alternativas através de Organizações não-Governamentais, que buscavam novas formas de atendimento à essa clientela.

Por meio de mobilizações da sociedade, que começou a questionar a forma como a criança e o adolescente carentes eram tratados pela Legislação, em 1985, por iniciativa de algumas prefeituras, foi criada a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança. Assim como outros eventos importantes como a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, no governo Sarney resultando na criação de Comissões Temáticas, entre elas a “Da Família, do Menor e do Idoso”. Em 1986, o Ministé-

rio da Educação desenvolveu a campanha “Criança e Constituinte”, que contou com a participação de segmentos do governo e da sociedade civil. Não havendo consenso entre os participantes em sua estruturação, em 1987. Surgiu a emenda popular: “Criança, Prioridade Nacional”. Após essa mobilização, que contou com mais de um milhão de assinaturas, nos meses seguintes, foi criado o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, que tornou o interlocutor entre a sociedade civil e o Congresso Nacional. Os meios de comunicação divulgaram campanha de propaganda, apoiada pela UNICEF, buscando mobilização nacional. Como consequência, a emenda “Criança, Prioridade Nacional” foi incluída em grande parte nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal. Para regulamentação destes artigos, em fevereiro de 1989 foi apresentado à Câmara um primeiro projeto de lei: “Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude”, pelo deputado Nelson Aguiar (PDT), apoiado pela deputada Benedita da Silva (PT). Decidiu-se então pela criação do “Grupo de Redação do Estatuto”, vinculado ao Fórum

DCA. Especialistas de diversas áreas participaram da discussão e elaboração – representantes do movimento social, ligados à prática educativa, juristas da área da infância e consultores da UNICEF.

Entre agosto de 1989 e junho de 1990, realizou-se um intenso movimento de discussão e divulgação do ECA, visando sua aprovação. O Projeto de Lei foi votado e aprovado pelo Senado em 25 de abril de 1990. A Câmara em 28 de Junho e o Senado o homologou no dia seguinte. Sancionado pelo Presidente da República, Fernando Collor de Mello em 13 de julho, entrou em vigor no dia 10 de Outubro do mesmo ano, como Lei Federal nº 8.069 (Levanteamento Histórico da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço, 1996).

O Estatuto da Criança e do Adolescente introduz em 1990 mudanças significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando os governos municipais a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento. O caminho que o ECA ainda têm que trilhar, implica em um processo para “sair do papel” e alcançar a sua legitimidade.

Quadro com as principais mudanças entre o Código de Menores e o ECA

Principais mudanças	Código de Menores - 1927	ECA - 1990
Base da doutrina	Direito tutelar do menor, objeto de medidas judiciais quando se encontra em situação irregular.	A lei assegura os direitos de todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de qualquer tipo, que são considerados "pessoas em condição peculiar de desenvolvimento".
Concepção político-social	Instrumento de controle social dirigido às vítimas de omissões e transgressões da família, da sociedade e do Estado.	Instrumento de desenvolvimento social, garantindo proteção especial aquele segmento considerado pessoal e socialmente mais sensível.
Infração	Todos os casos de infração penal passam pelo juiz.	Os casos de infração que não impliquem graves ameaças podem ser beneficiados pela remissão (perdão) como forma de exclusão ou suspensão do processo.
Apreensão	Preconiza a prisão cautelar.	Restringe a apreensão apenas a dois casos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ flagrante delito de infração penal ▪ ordem expressa e fundamentada do juiz
Internamento	Medida aplicável às crianças e adolescentes sem tempo e condições determinados, quando "manifesta incapacidade dos pais para mantê-los".	Medida só aplicável a adolescentes autores de ato infracional grave, obedecidos os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
Direito de defesa	O menor acusado de infração penal é "defendido" pelo curador de menores (promotor público).	Garante ao adolescente defesa técnica por profissional habilitado (advogado).
Crimes e infrações cometidas contra crianças e adolescentes	É omissivo a esse respeito.	Pune o abuso do pátrio poder, das autoridades e dos responsáveis pelas crianças e adolescentes.
Políticas públicas	As medidas previstas restringem-se ao âmbito da: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Política Nacional de Bem-Estar Social (FUNABEM) ▪ Segurança pública ▪ Justiça Menores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas sociais básicas ▪ Políticas assistencialistas ▪ Serviços de proteção e defesa das crianças e adolescentes vitimizados ▪ Proteção jurídico-social
Mecanismos de participação	Não abre espaço à participação de outros atores que limitem os poderes da autoridade policial, judiciária e administrativa.	Institui instâncias colegiadas de participação nos níveis federal, estadual e municipal (conselhos paritários Estado-sociedade).

Fonte: *sítio* da Fundação ABRINQ - Pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Considerado por profissionais ligados a educação e a legislação o ECA foi considerado um avanço na forma de conceber a criança e a população infanto-juvenil, pois diferente do anterior Código de Menores que tinha como propósito o controle da conduta dessas crianças e adolescentes, o ECA os vê como “sujeitos de direito”. Essa nova perspectiva pretende eliminar da sociedade a visão preconceituosa de que aqueles que pertencem á famílias de baixa renda sejam considerados “menores”, pois esse termo não define o que eles são, mas o que eles não têm.

Porém a força do Código de Menores ainda resiste, por exemplo, no uso do termo “menor” para descrever crianças e adolescentes carentes, confirmando o caráter discriminatório, pois nenhum pai ou mãe de classe econômica mais privilegiada refere-se aos seus filhos como “menores” e sim, como crianças e adolescentes. Considerar outras denominações pode ser um desafio para quem se interessa em estabelecer trabalhos com essa situação de rua, Ferreira (2000), adverte sobre o termo “menino de rua” e a possibilidade da naturalização do termo “menino **de** rua, pois a preposição **de** denota para uma “relação de posse, pertinência, proveniência, origem”. Não são da mãe ou do pai, como dizemos de outras crianças, “Este é de Paulo, mas de rua”. A autora sugere a expressão “os meninos e a rua” para os dois serem colocados em relação diferenciada, e por meio desse relacionamento é produzido o menino **na** rua e o menino **de** rua.

Para pensar sobre a população de crianças e adolescentes que estão em situ-

ação de rua, torna-se fundamental que façamos a diferenciação entre criança e adolescente que usam o espaço da rua para sua sobrevivência, socialização e lazer, ou seja, estão permanentemente nas ruas, de outra situação, daquelas crianças e adolescentes que usam a rua em determinadas horas do dia ou da noite para buscarem algum tipo de renda, se alimentarem e terem um espaço de lazer. Estas necessidades de uso da rua podem ser isoladas ou ocorrerem simultaneamente, ou seja, eles buscam na rua o atendimento de suas necessidades. A Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social de São Paulo, em 1992, caracterizou criança e adolescente em situação de rua, da seguinte maneira:

Crianças e Adolescentes para quem a rua é o espaço principal ou secundário do cotidiano na garantia de subsistência e do lazer ou de ambos simultaneamente (MARTINS, 1996, p.104).

Para tentar diferenciar essas situações Lusk (1992), desenvolveu uma tipologia apontando definições operacionais de todos os conceitos de Crianças e Adolescentes em situação de rua, visando uma maior diferenciação entre as mesmas.

A tipologia consiste em quatro categorias:

1. Crianças e Adolescentes que trabalham nas ruas e mantêm vínculos familiares estáveis (são Crianças e Adolescentes pobres e trabalhadores que retornam para as suas famílias à noite. Elas frequentam escolas e não são delinquentes).
2. Crianças e Adolescentes que trabalham nas ruas e mantêm vínculos familiares instáveis (seus laços com a família estão

começando a se desfazer, sua frequência à escola está diminuindo e sua delinquência, elevando-se).

3. Crianças e Adolescentes de famílias que geram renda ou vivem na rua (no Brasil existem famílias inteiras que fazem da rua o seu lugar de viver e sobreviver).
4. Crianças e Adolescentes de rua, que não mantêm mais vínculos com a família (Estas residem nas ruas o dia todo e são denominadas de Crianças e Adolescentes de rua).

Aptekar (1996) conceitua este segmento da Sociedade por meio de estágios de vida na rua. Define o processo de saída da casa para a rua em estágios que iniciam com um lento, porém progressivo, espaço de tempo, longe de casa até um total envolvimento com a vida e a cultura da rua.

As tipologias e denominações que descrevem a situação e não a pessoa pode ser neste momento uma alternativa de trabalho menos discriminatória, portanto este estudo vai assumir o termo adolescente em situação de rua, para identificar o grupo de adolescentes que voluntariamente participaram da pesquisa sobre a visão da escola.

Procedimento da pesquisa

Qual a visão que adolescentes em situação de rua, têm de escola, quais as lembranças que vem a mente quando pensa em escola. Essa investigação usou como método entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado realizada em uma sala do Projeto Três Corações², explicado a pesquisa, e o caráter voluntário da mesma, seguiu as entrevistas com o consentimento dos

adolescentes. A coleta envolveu treze adolescentes, provenientes de Casas de Convivência da FEBEM e da comunidade em geral, de diversas regiões de São Paulo e alguns Municípios da Grande São Paulo. As famílias desses adolescentes, possuem situação econômica diversificada, sendo em sua maioria pobre, com moradias muito simples, normalmente em favelas e cortiços, com conflitos, pelo fato de seus filhos serem autores de atos infracionais e encontrarem-se cumprindo medida sócio-educativa em Regime de semi-liberdade determinada pelo Juiz. Foram entrevistados dois adolescentes do sexo feminino e onze do sexo masculino, na faixa etária de doze a dezessete anos. Na entrevista foi solicitado que o Adolescente relatasse o que ele lembrava sobre a "Escola". As entrevistas foram gravadas, com a autorização de cada adolescente e depois transcritas analisadas os conteúdos, formando temas a posteriori: relações com seus pares; relações com as figuras de poder e a escola ideal. Este presente artigo pretende apresentar a análise do tema: relações com pares, nas lembranças de amizades na escola por adolescentes em situação de rua.

A subjetividade foi considerada em toda análise, pois, como afirma Bleger (1975), "observar, pensar e imaginar coincidem e constituem um só processo dialético. Quem não usa a fantasia poderá ser um bom verificador de dados, mas não um pesquisador".

Como afirma Gatti (1999, p. 70), "o qualitativo em pesquisa não dispensa de rigor e consistência, nem sinônimo de literatura ou poesia".

Análise das lembranças na relação com os pares (Amizade)

"... Lembro das zoeiras, das brincadeiras..." (16 anos) e

"... dos amigos de lá que morreram" (16 anos)

Nos relatos dos adolescentes, a temática dos relacionamentos na Escola surgiu com um destaque relevante e, junto às narrativas, observamos as expressões de saudosismo, de alegria e manifestações de risos e até mesmo pausas e silêncio que diziam muito sobre a importância dessas relações.

A maioria dos relatos, feitos pelos adolescentes, as lembranças da vivência escolar estão relacionadas com a presença dos amigos, como um dos pontos mais positivos em se estar na escola. Essa experiência prazerosa, ligada ao espaço de convivência, ou seja, eles relataram que gostavam de ir para a escola, do espaço de interações sociais que a escola possibilitava, mas isso não quer dizer que eles gostavam das aulas oferecidas.

"Lembranças boas... das amizades..." (16 anos)

"...saía mais cedo da escola, ficava brincando lá na porta da escola, de papel, um tacando papel no outro..." (sorri) (pausa) (17anos)

"Ah, todas as Escolas que estudei foi sempre boa, têm vários amigos..." (17 anos)

"Na Escola eu me lembro de várias coisas, tipo as amizade..." (16 anos)

As falas são mescladas por pausas, o que por um lado pode significar realmen-

te um período de lembranças, tempo para reviver, demonstrando um possível envolvimento com essas lembranças, e um resgate de parte da identidade, da própria história. Segundo Arpini (2003), existe uma relação dialética entre as nossas lembranças e nossa identidade.

O adolescente apresenta como característica desta etapa do desenvolvimento do ser humano, uma busca de identidade, pois ele não se percebe como o mesmo que nos tempos de infância, e diante dessa necessidade, o adolescente vai em busca de uma identidade de pertencimento ao grupo, para que dessa forma tenha referências de quem ele é (ABERASTURY, 1981).

Os vínculos estabelecidos com os pares são experiências motivacionais de todo adolescente, porém, a valência dessas relações são potencializadas naqueles que vivem ou já viveram uma situação de permanecer nas ruas, pois as amizades construídas na Escola podem ser as relações mais estáveis e de maior continuidade.

Os adolescentes relataram em suas lembranças, nomes de seus amigos, ou seja, relações reais, pessoas que de alguma maneira tiveram uma relevância em sua passagem nas escolas.

"...me lembro de muitos amigos, o Cauê, o Caio, o Henrique e outros". (16 anos)

"...conheci o Beto, o Alex, o Willian, a Vanessa, a Monique, o Alexandre, e todos os meus amigos da sala, o Wendel, o Diego, todos amigos, só isso". (16 anos)

A história de muitos adolescentes em situação de risco social, quando ao lembrar-se das escolas que já passou, lembram das

perdas que vivenciou, por causa de amigos que morrem precocemente, uma realidade constante:

"Lembranças ... dos amigos de lá que morreram". (16 anos)

Se a Escola têm como característica a convivência de seus alunos por um prazo relativamente longo, talvez essa realidade seja interrompida pela violência que cerca a história de vida dos adolescentes em situação de risco.

É comum, expressarem a angústia de não saber se estarão vivos no dia seguinte. A angústia é moldada por experiências concretas: eles testemunharam a morte de vários amigos, exterminados por esquadões da morte (DEMENSTEIN, 1996, p. 74).

Talvez para um melhor enfrentamento de tantas violências sofridas pelos adolescentes em situação de risco social, em situação de rua, eles busquem nas relações de amizade, o fortalecimento de sua identidade e auto-estima, como afirmam Koller & Lisboa (2003, p. 75):

A relação de amizade traz consigo o benefício de validação consensual, ou seja, os amigos reconhecem que compartilham interesses, preferências, esperanças, medos e, sentem-se, assim, valorizados. Pode ocorrer um aumento da auto-estima, quando uma pessoa percebe-se importante para um amigo.

Em seus relatos sobre as amizades, os adolescentes dessa pesquisa, também demonstram a cumplicidade nas tarefas a serem executadas, bem como nas brincadeiras e aprontações.

"...O que eu lembro da minha Escola, da minha infância, é as peças que tinha na

escola, que era muito legal, na hora do intervalo que a gente jogava bola, pulava corda, brincava de bola, fazia muitas coisas legal..." (17 anos)

"...nós não tamos só como uns colegas de aula, de classe, mas nós pode ser amigo fora, tanto é que eu tenho amigo que vem aqui em casa, que vem aqui conhecer o projeto e eu acho legal isso, ser amigo das pessoas..." (pausa) (15 anos)

"...têm bastante amigo na escola, me ajudava a fazer os meus negócios, os trabalhos, fazia trabalho de Escola em casa, com eles...(pausa) só isso, só isso que eu lembro". (12 anos)

Nesses dados, vemos um grande indicador para promover a permanência do aluno na Escola, pois oportunizando a ele, experiências bem sucedidas na área do desenvolvimento sócio-afetivo, a evasão e o insucesso escolar podem ser minimizados.

O adolescente em situação de rua estabelece vínculos com os seus pares, e apesar de serem envolvimento vitais, visto que a realidade nas ruas é suportada por uma rede de apoio, de um grupo que vive no mesmo contexto e se protege de algumas ameaças que o cercam.

É impossível viver na rua desvinculado de um bando. A lógica enlouquecida da rua é excludente e exige um modo de organização no qual o sujeito desaparece. O bando é uma horda governada despoticamente, quase sempre por um macho poderoso. Este se impõe pela força, esperteza, coragem, capacidade de liderança e, sobretudo, pelo conhecimento da rua com o tempo. O bando transforma-se em uma bolha fechada no universo da rua (FERREIRA, 2000, p. 10).

O que esse grupo não apresenta é, a possibilidade de continuidade nas relações, isso como reflexo da própria natureza da vida nas ruas. Tudo é passageiro, tudo é efêmero e descartável. Os amigos se vão, por diferentes motivos. Alguns por que retornam aos seus lares de origem, ou mudaram de local de circulação, mudaram de Abrigos e Programas assistenciais, são internados na FEBEM, são presos... são mortos.

Apesar de a Escola não ser um invólucro que protege o adolescente e ou impede que as mazelas da sociedade penetrem no ambiente escolar, pode ser capaz de promover estratégias de continuidade, que na dimensão das relações sociais é extremamente positiva, possibilitando que as mesmas pessoas encontrem no mesmo local, no mesmo horário, e desta forma estabeleçam apegos mais significativos.

Adolescentes que enfrentam em suas vidas vínculos familiares fragilizados, ou até mesmo inexistentes, procuram outra base de segurança nas relações entre os pares, e nas ruas, não experimentam essa estabilidade e continuidade das ações, porém, o ambiente escolar promove a formação de grupos de colegas, suprimindo dessa forma a necessidade de pertencimento e de relacionamento, essenciais para o ajustamento do ser humano no contexto que está inserido.

Uma característica da população que adolescentes experimentam é o imediatismo das demandas, como de alimentação, de abrigo, da proteção contra atos violentos, e outros agravantes, e isso pode favorecer uma relação ambivalente com a escola, pois ao mesmo tempo, eles precisam de relacionamentos duradouros, a rotina

escolar pode ser um obstáculo, a princípio, por causa de sua própria instabilidade.

Conclusões

Promover a possibilidade do encontro, das relações sociais e afetivas que sustentam o desejo dos adolescentes em estar e permanecer no ambiente escolar, possivelmente, poderá contribuir para a transformação dos atuais indicadores sociais, sendo uma instituição importante, para isso. Não única, mas importante.

Os significados que envolveram historicamente a problemática de adolescentes, que fazem das ruas o seu espaço de sobrevivência, influenciaram na própria mobilização de movimentos populares, da organização da sociedade e da construção de uma legislação que pudesse acompanhar a evolução na forma de tratar e considerá-los como "sujeitos de direitos". O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um novo olhar, sobre a condição peculiar de desenvolvimento dessa população infanto-juvenil, não somente daqueles de condições sociais privilegiadas, mas juntamente a estes, os que não têm acesso a condições que supram suas necessidades.

Rever as políticas de atendimento é um ponto relevante na busca dessa cidadania sufocada por uma sociedade de consumo. Olhá-los como coitadinhos ou como demônios não permite uma percepção adequada de condição de "adolescer" com dignidade.

Ao pedir para o adolescente relatar as lembranças que vivenciou nos espaços escolares, acreditando que essas memórias

são escolhas seletivas e podem estar carregadas de emoções conflitivas, serão analisadas as entrevistas que revelam a motivação com relação a afiliação em grupos, lembranças positivas e negativas, que nos fazem refletir o papel da escola como espaço privilegiado dessas relações. Por tantas escolas passamos e vemos grades, estruturas rígidas de prisão, e as relações humanas – sem tempo. Nos relatos dos adolescentes entrevistados, o exercício de trazer à mente alguns desses dados, foi uma possibilidade de enfrentá-los com alguma capacidade de reorganização para o enfrentamento da vida. Quando contamos a alguém lembranças temos que organizar as informações, para que o outro entenda, e nessa necessidade, organizamos também o pensamento, contanto a própria vida, podemos nos deparar com identidades em construção.

Só lembramos aquilo que codificamos e gravamos, aquilo que foi aprendido, o que foi vivenciado. O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem nós somos, mas também nos permitem projetar rumo ao futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser.

Desta forma, a Escola formal ainda não se preparou para atender a demanda de crianças e adolescentes que fazem do espaço público (a rua), o lugar de relação com o saber, pois o modelo escolar ainda não proporciona uma vivência que os instiguem a permanecer neste contexto. Os adolescentes entrevistados, ao lembrar sobre esse espaço escolar, sobre as suas relações sociais e afetivas, de estar junto com

os outros alunos, experimentaram o sentimento de pertencimento, foi uma das vivências mais positivas ligadas à escola.

Esse encantamento do aluno é traduzido pelo Educador Rubem Alves, da seguinte maneira: A criança gosta da escola não por aquilo que aprende, mas pelo convívio com os amigos (DIMENSTEIN & ALVES, 2003, p. 91).

Por fim pensar a Escola é pensar a sociedade. A escola reproduz os valores dessa sociedade, não somente os positivos, mas também as suas mazelas que levam as desigualdades sociais. Quando pensamos em Inclusão Escolar pensamos na possibilidade de todos terem acesso ao exercício da Cidadania, através da escolarização formal. Todos serem vistos como iguais em seus direitos de ingressar, retornar e permanecer na escola, apesar das diferenças individuais e de suas histórias de vida.

Porém, ao estudarmos a exclusão percebemos que ela define o quanto, todos não são iguais, ao contrário, ela promove as diferenças individuais como forma de discriminação, ou seja, a mesma sociedade que negou a um grupo as oportunidades de sucesso, será ela a atestar por meio da escola, a predestinação do fracasso.

A exclusão escolar, muitas vezes, não se apresenta explicitamente, pois o discurso sobre a “Escola para todos” dá-nos a impressão de que a instituição escolar está pronta para receber e atender as demandas educacionais dos alunos em situação de risco. Porém, a história desses adolescentes, está repleta de repetências, dificuldades em acompanhar o conteúdo programático,

e com isso, desistem de permanecer na escola, com a crença de que a escola não é para eles. E, dessa forma, são vistos como os únicos responsáveis pela não adequação.

Os alunos que sofrem esse processo de exclusão na escola, já são pertencentes a classes sociais excluídas e essa desigualdade fecha um círculo perverso que sustenta a idéia de que aqueles que não têm um bom nível de escolaridade, possivelmente não terão melhores condições sociais e os que não têm condições sociais, não conseguem permanecer na escola e ter uma experiência significativa que contribua para a ampliação de seus projetos de futuro.

Esse estudo reafirma o interesse por um envolvimento nas questões sociais entrelaçadas com as educacionais. É evidente, que a temática a que nos propomos

é ampla e permite outras análises e outras contribuições. Que desses olhares surjam reflexões e propostas para uma Educação para todos em todas as dimensões da vida.

**"A gente quer viver pleno direito
a gente quer viver todo respeito
a gente quer viver uma nação
a gente quer é ser cidadão"**

Gonzaguinha

Notas:

¹ Dados obtidos segundo a Versão Preliminar do Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira/2003 distribuído no: I Seminário Criança Esperança/UNICEF, realizado em Junho/2003.

² A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação (APROSES) é uma Organização Não Governamental, que desenvolve diversos programas sociais, de abrangência internacional, E mantém no Brasil mais de 30 Unidades de Prestação de Serviços á comunidade, entre elas, o Projeto denominado "Três Corações".

Referências

ALTENFELDER, Mário. *A nova Política do Bem-estar do Menor – Funabem – Assessoria de Relações Públicas*. Publicação n. 1, Brasília, 1966.

APEKAR, Lewis. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, n. 1, v. 9, p. 153-184, 1996.

BLENGER, J. *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto-Alegre: Artes Médicas, 1984.

DAUNIS, Roberto. *Jovens – desenvolvimento e identidade – troca de expectativa na psicologia da educação*. São Leopoldo: Sinodal, 2000.

DIAS, Marília Costa (coord.). *Alfabetização e exercício de cidadania*. São Paulo: Fundação Projeto Travessia, 2003.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços – direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto; ALVES, Rubens. *Fomos maus alunos*. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

FERREIRA, Tânia. Os meninos e a rua, o psicólogo e os impasses da assistência. In: *Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 1, 2000.

- FRAGA FILHO, W. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do séc. XIX*. Salvador: Hucite/Edufba, 1996.
- FRONTANA, Isabel C.R. Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola 1999.
- GATTI, Bernadete. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. *ECCOS Revista Científica*, n. 1, v. 1, p. 62-79, 1999.
- GREGORI, M. Filomena; SILVA, Cátia A.P. *Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche*. São Paulo: Contexto, 2000.
- ISQUIERDO, I. *Memória*. Porto Alegre-RS: Artmed, 2002.
- KOLLER, Sílvia H.; LISBOA, Carolina. Amizade e vitimação: fatores de risco e proteção no contexto do grupo de iguais. *Psico - Revista de Psicologia*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 34, n. 1, p.71-94, 2003.
- MARTINS, Raul Aragão. Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p.101-122, 1996.
- NOGUEIRA, Eliete Jussara. *Rede de Relações Sociais: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três grupos etários*. 2001, 117f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas.
- OLIVERIA JUNIOR, Constantino R. *Meninos de rua ou um beco sem saída? Um novo resgate*. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- OLIVEIRA, Marilene de Almeida. *A escola na visão do adolescente em situação de ruas*. 2004, 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Uniso, Sorocaba-SP.

Recebido em 15 de março de 2005.

Aprovado para publicação em 5 de maio de 2005.